

GRUPO DE TRABALHO

**RELAÇÕES ENTRE A PÓS-GRADUAÇÃO
E A GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Coordenadora:

Elizabeth Melo Bomfim (UFMG)

Participantes:

Álvaro Pacheco Duran (UNICAMP)
Anna Carolina Lo Bianco (UFRJ)
César A. Piccinini (UFRGS)
Maria Lúcia Tiellet Nunes (PUC-RS)
Marisa Japur (USP-RP)
Rosalina Carvalho da Silva (USP-RP)
Rosemary Achcar (UnB)

RELAÇÕES ENTRE A PÓS-GRADUAÇÃO E A GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

*Elizabeth de Melo Bomfim
Mestrado em Psicologia Social
Universidade Federal de Minas Gerais*

A proposta de um grupo de trabalho sobre as relações entre a Pós-Graduação e a Graduação em Psicologia se apresenta em função das várias e importantes questões que perpassam a formação global dos profissionais e pesquisadores em Psicologia e do desenvolvimento de práticas específicas na área. O presente Grupo de Trabalho se propõe a análise de questões referentes a: - objetivos dos Cursos de Mestrado e sua relação com a complementação da formação adquirida nos Cursos de Graduação; - o papel que os cursos de Graduação tem representado na formação profissional; - a participação da pós-graduação na formação de docentes-pesquisadores comprometidos com o ensino de graduação; - a contribuição da pós-graduação na construção do conhecimento e as demandas que se apresentam à Psicologia, tanto como campo de pesquisa quanto como campo de atuação profissional; - a necessidade de discussão da avaliação dos cursos de Graduação em Psicologia. Os atuais critérios utilizados em algumas avaliações hoje existentes são discutíveis embora seus resultados sejam bastante divulgados; - a urgência nas discussões sobre as relações entre a formação da pós-graduação do "latu sensu" e "strictu sensu"; - as relações entre o pesquisador e o profissional em Psicologia; - aos tópicos e especialidades em Psicologia que devam ser incluídos na formação, a nível de graduação e pós-graduação; - as mudanças ocorridas nas práticas profissionais, nos modelos de intervenção e suas relações com o ensino de graduação e pós-graduação. Trabalhar com tais relevantes questões e buscar estratégias para superação dos problemas apontados constituirão as principais práticas do grupo de trabalho sobre "Relações da Pós-Graduação e Graduação em Psicologia".

A GRADUAÇÃO COMO COMPROMISSO DA PÓS-GRADUAÇÃO

Álvaro Pacheco Duran
Universidade Estadual de Campinas

A contribuição da pós-graduação para a graduação, ou, indiretamente, para a formação nas diversas habilitações profissionais em psicologia (bacharel, licenciado e psicólogo), está entre as questões a serem debatidas quando se pensa nas relações entre esses dois níveis de ensino. A pós-graduação **strictu sensu** tem declarado o compromisso com a formação do docente-pesquisador. No entanto, a grande maioria dos cursos considerados como de alta qualidade tem centrado seus esforços na formação para a pesquisa. A dimensão da formação para a docência - aqui entendida em termos mais amplos do que a estrita questão do "saber ensinar" - tem sido relegada a segundo plano. Em recente investigação, em que examinamos alguns dos problemas enfrentados pela graduação, como os referentes aos objetivos de formação, à formação ética, à organização e conteúdo curricular, aos modos de condução dessa formação, aos fatores que interferem no processo, etc., confirma-se que os caminhos da solução passam pela existência de quadros docentes qualificados para identificá-los, investigá-los, refletir sobre eles e propor soluções. Ou seja, de **docentes-pesquisadores comprometidos com a formação em nível de graduação**. É necessário, portanto, repensar a participação da pós-graduação na formação desses quadros bem como atuar no sentido de redirecioná-la. Nesse sentido, nossa proposta para a pauta de atividades do grupo de trabalho inclui a **identificação e discussão de estratégias**, a médio prazo, adequadas para tais objetivos e a **elaboração de um plano de ação concreta, imediata e viável** no sentido de criar condições mais favoráveis a um envolvimento maior e mais sistemático da pós-graduação com as necessidades mais amplas do ensino de graduação.

A MUDANÇA DE REFERENCIAL TEÓRICO NA PSICOLOGIA CLÍNICA

Anna Carolina Lo Bianco

*Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica
Universidade Federal do Rio de Janeiro*

A presente comunicação é baseada em pesquisa realizada no ano de 1993 pelo CFP. O objetivo da pesquisa foi examinar as mudanças e inovações surgidas no campo da psicologia clínica nos últimos anos. Aqui tentaremos focar a paulatina mudança de referencial teórico que parece vir se instalando neste campo, bem como uma das implicações de tais inovações para a estrutura dos cursos de graduação. Do ponto de vista do que se mostra à observação, ou seja, da perspectiva dos fenômenos que nos foram relatados, a mudança se torna visível pela menção que grande parte dos entrevistados fez à "importância do contexto social" no exercício da psicologia clínica. A consideração do contexto se opõe à fórmula mecanicista das "influências sociais" anteriormente adotada, assim como se posiciona contra uma psicologia que se dedica apenas aos tratamentos individuais. Desta perspectiva, portanto, se consolidam progressivamente "práticas coletivas" que apontam para trabalhos clínico-sociais, comunitários e dirigidos às coletividades. Os exemplos são inúmeros e talvez muitos deles sequer constituam exatamente uma novidade, como a presença do psicólogo nas instituições hospitalares. No entanto, o que chama atenção neles é que as práticas institucionais que vêm sendo desenvolvidas vêm acompanhadas de práticas discursivas sistemáticas, as quais dão, sem dúvida, uma nova orquestração e apontam um novo sentido - este que considera o contexto social - para a inserção dos serviços de psicologia clínica nas variadas áreas. Uma característica importante ressalta neste ponto: a preocupação com esta extensão da psicologia clínica perpassa as mais diferentes correntes teóricas: da psicanálise à análise do comportamento, das terapias de corpo à gestalt terapia ou à terapia cognitivista do comportamento. Ouvimos, por exemplo, profissionais analistas inseridos em hospitais psiquiátricos não como "analistas de gabinete" mas participando como uma "nova ética" da administração de um hospital psiquiátrico, ouvimos terapeutas comportamentais procurando sua colocação no organograma de um hospital geral, e ainda a participação de uma psicóloga hospitalar na instalação e na administração de um hospital de cirurgia cardíaca. Várias análises histórico-sociais, políticas, econômicas caberiam a isto que se mostrou como

uma inovação no campos da psicologia clinica. No entanto, aparece uma em especial - a que diz respeito à mudança de referencial teórico - que parece ter implicações importantes para a formação dos alunos nos cursos de graduação. Não acreditamos que estes cursos sejam inteiramente infensos e desinformados acerca do que se passa no campo propriamente profissional. Até porque muito dos entrevistados que nos mostraram este camo fazem parte das universidades. No entanto, é inegável o descompasso entre a totalidade do que conhecemos acerca do discurso unviersitário e o que emergiu desta avaliação das atividades clinicas. Pode-se supor, neste ponto, que a questão de base neste descompasso dis respeito ao referencial teórico no qual se explicam os principios das psicologias ensinadas nos cursos de graduação. Este referencial se dirige quase sempre aos pressupostos das Ciências da Natureza que serviram durante muitos anos de modelo a ser emulado nas mais diferentes disciplinas. Por outro lado, pode-se afirmar que aparece nas práticas atualmente em emergência uma forte marca do que podemos chamar das Ciências do Espírito e da Cultura. Ainda que esta distinção não seja sem problemas, poder-se/ia usá-la de forma a tipificar e apreender o que se passa na relação entre a formação nos cursos de graduação e as inovações nas atividades clinicas profissionais. Pode-se dizer que as psicologias que usam o referencial das Ciências Naturais favorecem a adoção de uma perspectiva solipsista que leva à concepção de uma consciência individual que pode ser isolada por relação ao mundo externo. Trata-se para elas de procurar a Razão explicativa, a unidade por trás da multiplicidade fenomênica que possibilita o aparecimento das verdades universais. A esta Razão única das Ciências do Espírito opõem "razões" culturais que trazem em si a possibilidade de consideração das diferenças. Este referencial das Ciências da Cultura foi que possibilitou o surgimento de novas concepções sobre o sujeito, e portanto, ajudaram a compor o novo quadro teórico em que se vêm enquadrar as atividades atualmente desenvolvidas. Poder-se-ia afirmar, ainda, que se por um lado nos cursos de formação quase sempre prevalece uma idéia positivista da psicologia - esta psicologia científica buscada fundamentalmente nas áreas experimentais mas que povoa muito do imaginário na própria área clinica - por outro, estaria em curso uma maior difusão da concepção que aproxima a psicologia das Ciências da Cultura. Tem-se então a possibilidade de mudança de referencial: onde se buscava a garantia científica dada pela unidade passa-se a valorizar a multiplicidade, mesmo que esta acima de tudo inviabilize as certezas anteriores. Não supondo qualquer espontaneísmo na adoção desse referencial que privilegia a pluralidade de "razões", parece, portanto, importante ao pensamento universitário o exame crítico do que é que se passa

no exercício profissional. Uma vez que ao entrarem em contacto com o campo "aplicado" do trabalho, ao depararem com as múltiplas realidades, com o pluralismo dos sistemas sócio-lingüísticos, os profissionais começam a recorrer a um referencial teórico diferente do que lhes é dado nos cursos de formação, cabe a estes cursos se indagarem sobre os pressupostos teóricos que os embasam. A pesquisa a que nos referimos inicialmente vem exatamente contribuir para este debate.

A DICOTOMIA PESQUISADOR-PROFISSIONAL NA FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO

César A. Piccinini
Pós-Graduação em Psicologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Examina-se, inicialmente, algumas das questões que têm aparecido recentemente na literatura sobre a fragmentação versus especialização na psicologia. Para alguns autores, o desenvolvimento da psicologia tem sido marcado pela fragmentação conceitual e teórica, com um crescente isolamento entre as especialidades. Para outros, a aparente fragmentação da psicologia é interpretada positivamente, como uma inevitável consequência da especialização do conhecimento que ocorreu com o amadurecimento da psicologia e aumento de suas aplicações. De qualquer modo, a diversidade de áreas na psicologia cria dificuldades quando se tem que decidir sobre quais os tópicos e especialidades que devem ser incluídos na formação, a nível de graduação e pós-graduação. Somam-se a isto questões sobre o papel da pesquisa versus atividade prática na formação do psicólogo. É importante que se promova a integração da pesquisa e prática desde os primeiros anos do Curso de Psicologia. Demonstrar a interrelação entre pesquisador e profissional pode contribuir para despertar o interesse dos alunos nas atividades de pesquisa. Discute-se, por fim, a importância de se construir com o aluno um modelo de profissional que busque implementar no seu trabalho avaliação constante de seus procedimentos e resultados.

CONCEPÇÕES E TENDÊNCIAS EM PSICOLOGIA CLÍNICA

María Lucia Tillet Nunes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Este é parte de um trabalho mais amplo, ainda não publicado, desenvolvido por um grupo de pesquisadores para o Conselho Federal de Psicologia, envolvendo uma investigação sobre o estado atual da Psicologia no Brasil, a partir de teorias e práticas emergentes, inovadoras. Em relação à área de Psicologia Clínica, foram realizadas entrevistas semi-dirigidas com 23 profissionais escolhidos intencionalmente por desenvolverem trabalhos teóricos e/ou práticos tidos pelos pares como relevantes, emergentes, inovadores. As concepções e tendências que emergem e se consolidam na área de Psicologia Clínica dão ênfase e valorização ao "contexto social", no qual as práticas de atendimento e de pesquisa se desenvolvem. Tal contexto é compreendido como algo constitutivo do sujeito e esta preocupação surgiu com as questões ligadas às condições de vida das populações de baixa renda no país e levou os profissionais que se dedicam à Psicologia Clínica a desenvolver um trabalho que, com o tempo, passou a ser chamado de clínico-social, comunitário, dirigido à coletividade, o que provocou uma mudança nas interpretações dos referenciais teóricos. As modificações nos referenciais teóricos passam pela visão distinta da Psicologia como ciência da cultura, envolvendo a necessidade de buscar as razões culturais na compreensão do sujeito, quebrando o padrão único da racionalidade em preferência pelo "pluralismo que pode justificar o dissenso e diferença" (Pessanha, 1987). Daí decorre deixar a unidade para valorizar a multiplicidade, deixar a adoção de uma razão para uma possibilidade de se ter várias razões. As alterações partem das situações concretas, cada vez mais diferenciadas, que o psicólogo enfrenta em sua situação profissional na área da Psicologia Clínica. Adota-se, assim, a idéia de signos - produto humano - surgidos da encruzilhada entre lugares sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais de onde partem e que nos dão a idéia de conceitos universais. Paralelamente às modificações em relação às posturas teóricas, ocorrem alterações em relação à prática da clínica colorida pela intensa preocupação com a especificidade do contexto brasileiro. Entretanto, aqui se coloca esta contradição: grande parte dos entrevistados, que forneceram o material básico para este trabalho de pesquisa, foram formados por profissionais estrangeiros ou brasileiros chegados de seus estudos no exterior. Ainda, a política de pós-graduação que se instalou no Brasil, a partir

da década de 70, levou (e ainda leva) muitos psicólogos a se doutorarem no exterior. Assim, o "saber estrangeiro" ainda ocupa um lugar certo no panorama geral do Brasil. Entretanto, a produção brasileira é muito enfatizada pelos entrevistados. No bojo dessas modificações na área de Psicologia Clínica, encontra-se uma perspectiva de integração de conhecimentos: de inter passa a ser transdisciplinar, envolvendo todas formas de produção ou conhecimento ao longo da história da humanidade.

A QUESTÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA

Marisa Japur

*Departamento de Psicologia e Educação
Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto*

Partindo da concepção de que "um currículo constitui um conjunto estruturado de saberes que se requerem mutuamente, a partir de um ponto de vista determinado e que esse ponto de vista, nas ciências não-paradigmáticas, como é o caso da Psicologia, é suscetível de redefinição em função simultaneamente do avanço do conhecimento e das respostas que procura dar a uma realidade determinada" (Weber, 1989, p.24) e considerando que a formação profissional extrapola aquilo que está configurado pelo currículo, estrito senso, para incluir o conjunto de relações entre seus agentes, de cujas interações emerge efetivamente o processo de aprendizagem entendemos que a redefinição a que está suscetível o Curso de Psicologia deve levar em conta, tanto quanto possível, as diferentes perspectivas dentro da qual se situam seus agentes. Com estes pressupostos, vimos desenvolvendo uma pesquisa cujo objetivo é fomentar um processo de reflexão sobre a formação propiciada pelo Curso de Psicologia da FFCLRP-USP, com a perspectiva de que esse processo se constitua em um referencial mais seguro para um diagnóstico preciso deste curso e para eventuais mudanças no seu processo de formação; podendo também vir a contribuir, através de sua perspectiva metodológica, com outros cursos de Psicologia. Foram convidados a participar desta pesquisa todos os docentes do Departamento, todos os psicólogos-supervisores (técnicos de apoio ao ensino e à pesquisa) do Departamento, todos os alunos do 2º ao 5º ano do Curso, todos os ex-alunos formados nos últimos 4 anos pelo Curso e todos os profissionais supervisores voluntários de estágio junto ao Curso. O procedimento desta pesquisa foi delineado de modo que, através de um processo de feed-back entre informação/ participação na pesquisa, o próprio conjunto de participantes fosse configurando o que "queremos fazer com ela" e "por onde começá-la". Têm sido realizadas etapas sucessivas de coleta e análise de dados, porém os objetivos e os instrumentos específicos de cada uma não foram previamente definidos, uma vez que o propósito era que cada etapa se configurasse a partir dos resultados obtidos na(s) etapa(s) anterior(es), sendo estes comunicados por escrito a todos os participantes, através de relatórios de pesquisa. Até o presente momento, esse processo

permitiu: (a) delinear alguns parâmetros para a análise de Cursos de Psicologia; (b) conhecer o valor atribuído às dimensões substantivas de um Curso de Psicologia e proceder a uma avaliação do curso em questão, em função dessas dimensões; (c) avaliar o curso em estudo através de suas dimensões estruturais e (d) conhecer o valor atribuído aos enunciados da Carta de Serra Negra (CFP-1992), bem como avaliar o referido curso, tendo por parâmetro este documento. Os resultados até agora obtidos têm apontado consistentemente para a falta de integração e para a tendenciosidade do processo de formação oferecido por este Curso, sendo este resultado bastante semelhante ao que é frequentemente apontado em relação a outros cursos de Psicologia. Temos considerado que a falta de integração, entre conteúdos teóricos, entre teoria e prática e entre a universidade e a comunidade reflete diretamente os processos de tomada de decisão em relação ao currículo. Na ausência de um projeto comum de formação claramente explicitado, e a pretexto da autonomia docente, cada um decide soberanamente sobre suas atividades de ensino. Nesse processo cada docente investe o melhor de sua competência, o que tem gerado um processo de formação denso, porém fragmentado, favorecendo pseudo-especializações precoces. Temos também identificado que a tendenciosidade na formação reflete a ênfase excessiva no modelo quantitativo como fundamento da formação científica e no modelo clínico-diádico como fundamento na formação profissional. As raízes destes viéses podem ser rastreadas até os determinantes históricos da constituição da Psicologia como ciência e como profissão em nosso país, porém, parece-nos que tem na configuração do seu atual corpo docente uma fonte de manutenção, ao lado das expectativas da clientela que procura o curso, cujas representações sobre a profissão estão claramente configuradas pelos modelos veiculados pela mídia. Nossa reflexão, a partir deste trabalho e da literatura disponível, tem nos conduzido a questionar o papel que os Cursos de Pós-Graduação em Psicologia têm representado neste contexto.

PÓS-GRADUAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Rosalina Carvalho da Silva
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto

As funções básicas da Pós-Graduação deveriam ser a formação de professores e pesquisadores que venham a contribuir com o desenvolvimento do conhecimento na área em que estes cursos se inserem. Porém, frequentemente, pela grande ênfase dada às atividades de pesquisa, a formação de professores capacitados para atuarem criticamente junto à graduação, fica relegada a um segundo plano. Este fato, não é exclusivo da Psicologia. Mas, nesta, e noutras áreas semelhantes, torna-se particularmente importante, porque, dessa forma, provoca-se um descompasso entre o que se ensina na graduação e o que, de fato é esperado socialmente da profissão. A psicologia passa, na atualidade, por grandes movimentos de mudanças. O perfil de formação, determinado pelo atual currículo mínimo, teve seu planejamento pautado nas necessidades observadas há três décadas, quando no Brasil a Psicologia se estabeleceu enquanto profissão. Hoje, são muitas as indicações; de necessidades de mudanças na graduação. Por conseguinte, as pós-graduações devem estar aptas para prepararem professores e pesquisadores, que possam engajar-se num processo crítico e reflexivo que os capacitem a contribuir junto a esses novos conjuntos de saberes e fazeres requeridos socialmente à psicologia. Desta forma, não é mais possível continuar com uma perspectiva de ensino meramente replicativo. É necessário a formação de pós-graduados reflexivos que tenham a capacidade de contribuir para que a graduação em psicologia caminhe em direção a construção de um perfil de psicólogo que atenda ao que se espera da profissão para as próximas décadas. Neste sentido, é necessário que os cursos de pós-graduação em psicologia contemplem em seus processos de formação: - Não apenas o ensino para a realização de pesquisas que culminem em dissertações, teses ou outros tipos de produção científica, mas, que, acima de tudo, levem a processos de investigações reflexivas sobre a construção do conhecimento na área; e - É necessário que o pós-graduando seja levado a perceber as novas demandas que se apresentam à psicologia, quer como campo de pesquisa, quer como campo de atuação profissional. Esses dois requisitos, por sua vez, levam a necessidade de: a) conhecer as realidades das nossas populações, através de investigações que não se

enquadrem previamente em modelos que induzam à resultados previamente esperados. Isto porque, a artificialidade de muitos dados de pesquisa, tem gerado idealizações de formas de trabalho, passadas ao Graduando, que pouco se conformam às nossas realidades; b) questionar o excesso de apego a teorias, métodos e técnicas que concebem o desenvolvimento psíquico como abstrato e a - histórico, que por conseguinte, deixam a impressão de desenvolvimento humano como algo que se expressa de maneira universalista. Ou seja, que desconsidera os fatores culturais referentes aos processos de socialização e de construção da subjetividade, na expressão do fenômeno psíquico; c) levar o futuro participante do processo de graduação em psicologia a adotar uma postura sempre crítica e reflexiva, assumindo assim, uma atitude mais formativa do que informativa; e d) perceber a graduação não como espaço para semi-especializações, mas como instância na qual se ofereça uma base sólida para a continuidade do desenvolvimento. Isto significa formar não o replicador, mas o indivíduo que crítica e reflexivamente contribua para a constante construção do conhecimento na área, em qualquer instância que este venha atuar profissionalmente.

REFLEXÕES SOBRE O QUE MOBILIZA O CANDIDATO AO MESTRADO

*Rosemary Achcar
Instituto de Psicologia
Universidade de Brasília*

Os dados apresentados por alguns estudos recentes sobre o conhecimento que os alunos do curso de formação em Psicologia têm sobre o exercício profissional evidenciam uma situação preocupante. Weber, L.N., Rickli, A. e Liviski, J.D., (1993), da Universidade Federal do Paraná, apontam no sentido de que os alunos de graduação em Psicologia de 3 faculdades de Curitiba, referem-se à Psicologia como eminentemente clínica. Os resultados dos estudos de Santos, M.A. (1993) mostram que as informações que um número expressivo de alunos de graduação do curso de Psicologia da FFCLRP-USP tem sobre a Psicologia e as atividades profissionais do Psicólogo são não apenas insuficientes, como também muitas vezes inconsistentes. O autor evidencia que as atividades mais fortemente evocadas pelos alunos que ingressam no Curso são da área clínica e que esta representação não se altera e é confirmada no final do Curso. A atuação na área clínica é representada como predominantemente liberal. O ingresso no mercado de trabalho, quando ocorre um contato efetivo com o contexto profissional, estaria alterando a concepção do Psicólogo quanto ao campo de atuação? Estaria o Psicólogo preparado para fazer face a esse campo? Estas reflexões podem nos sugerir um interesse em questionar em que medida os candidatos ao mestrado estariam buscando uma complementação de sua formação profissional. Sabendo-se que o objetivo principal do mestrado é promover a formação de docentes e pesquisadores, podemos questionar em que medida o curso de mestrado estaria mais em sintonia com o seu objetivo maior ou mais direcionado para a complementação da graduação.